

Ata da 113ª Reunião Ordinária do Conselho Participativo da Vila Mariana

Realizada no dia 10 de janeiro de 2023, em formato híbrido, no Auditório da Subprefeitura da Vila Mariana e pelo aplicativo Google Meet.

Participantes:

Coordenador: Durval Tabach

Secretária geral: Suzana Vilhena

Interlocutor (Subprefeitura da Vila Mariana): Adilson Gregório.

Conselheiros titulares presentes (6): Durval Nicolau Tabach, Edna Momoko Kobori, Fernanda Scalise Dennis, Laudecir Gasparotto, Tamara Fatima Heymann Capato, Marcela Carolina Cerda Munoz.

Conselheiros titulares participando 'online' (7): Cauê Freitas Mônico, Daniela Curiati Nucci, Denise Bramucci De Moura Delfim, Suzana Pereira de Sousa Vilhena, Celi Paulino Carlota, Tatiana Yonekura, Tatiana de Souza Pimentel, Silvana Perassoli.

Conselheiros titulares ausentes (2): Cristina Feitosa Vasto, Victor Plese.

Conselheiros suplentes presentes (2): Marcos Augusto Ferreira Marques, Marcelo Torres de Oliveira.

Conselheiros suplentes 'online' (1): Osiris Drimus.

Convidados presentes (6): Bruna Aniele Lopes (Comunicação Subprefeitura), Camila Alfieri (CREAS Vila Mariana), Daison Ferreira (Subprefeitura Vila Mariana), Fernando Prata (Conselho Tutelar Vila Mariana), Ana Ribeiro (Conselho Tutelar Vila Mariana), Magal Guerra (Subprefeitura Vila Mariana).

Municípios presentes (3): Ricardo Julio, Loura Matuzo (PopRua), Joaniro Amancio (CPM Perus).

Município online (3): Acelino Marques, Moreno dos Santos, Ana Alves.

Pauta:

1. Aprovação da ata da 112ª R.O.
2. Ajuste na ciclovía da Indianópolis (Durval);
3. Situação sobre moradores de rua: programas e ações para 2023 (Victor);
4. Programação de demandas da subprefeitura: como funciona? Como é feito o controle e quais os prazos? (Tatiana)
5. Retrospectiva 2022: quais foram os números da sub? O que foi feito e entregue em 2022? (Suzana)
6. Programação de ações para 2023 da subprefeitura: o que está programado, quais os planos de ação previstos?
7. Rua Pariquera-Açu: como foi a visita técnica? O problema de despejo de água foi sanado? (Fernanda)
8. Atualização sobre obras na Praça Juca Mulato. (Durval)
9. Informes gerais dos conselheiros;
10. Informes e demandas dos municípios presentes.

Pauta detalhada:

A Reunião Ordinária (RO) teve início às 18h40 com a presença física ou por videoconferência da maioria dos conselheiros titulares.

1- Aprovação da Ata.

A Ata da 112ª R.O. foi apresentada e aprovada pelos Conselheiros presentes.

2- Ajuste na ciclovia da Indianópolis (Durval);

Durval explicou que fez uma solicitação via plataforma SP156 e por meio de ofício para a CET a respeito de irregularidades na ciclovia da Av. Indianópolis que punha os ciclistas em risco. Disse que, embora o problema tenha sido solucionado, nem o ofício nem a solicitação pelo SP156 foram respondidos.

3. Situação sobre moradores de rua: programas e ações para 2023 (Victor);

Na ausência do Victor, a Suzana abriu o item informando que este assunto tem estado em pauta desde o mandato anterior, evidenciando o interesse do CPMVM em entender as ações e programas previstos para a população em situação de rua. Camila Alfieri, coordenadora do CREAS da Vila Mariana, composto pelos distritos da Vila Mariana, Saúde e Moema, apresentou o Serviço de Abordagem Social às Pessoas em Situação de Rua (SEAS), que se dirige até os logradouros onde as pessoas estão instaladas para ofertar os serviços assistenciais. A Secretaria da Saúde recentemente implantou o consultório de rua, em que agentes de saúde acompanham as abordagens, o que foi um grande avanço no nosso território, pois muitas pessoas sofrem de transtornos mentais e dependência química. Embora a equipe fique sobrecarregada, pois atende Vila Mariana e Jabaquara, o time trabalha das 08h às 22h de segunda a domingo, sendo final de semana em esquema de plantão. Camila segue informando que a equipe foca nos maiores pontos de concentração. Quando o munícipe liga no SP156, a ocorrência chega à equipe do SEAS e vão responder à solicitação e ofertar os serviços disponíveis. Se não houver vagas no território, encaminham a outro território. Segundo Camila, aqui temos o Centro de Acolhida para homens e mulheres, a maioria para vagas masculinas. Dentro do CREAS, há uma equipe de atendimento, a equipe do NPJ, que atende a demanda de porta do CREAS e faz serviços de acompanhamento de famílias, além de captação de vagas na rede. Há também um serviço focado no tratamento de COVID, muito utilizado no pico da pandemia, e também um serviço de varíola dos macacos, tendo sido reestruturado para atender as pessoas encaminhadas pela UBS. A CEPAZ, Central Permanente que regula as vagas do nosso município, tanto para pessoas em situação de rua quanto para mulheres em situação de violência, é organizado de forma eletrônica.

Denise perguntou a respeito dos espaços para idosos em situação de rua. Camila respondeu que a equipe do SEAS faz o vínculo, oferta os serviços da Prefeitura, entra no formulário eletrônico e solicita a vaga, mas o idoso precisa ser capaz de conseguir fazer todas as atividades básicas, como tomar banho, alimentar-se, vestir-se sozinho, sem ajuda de outra pessoa. A vaga é solicitada e ele é direcionado ao centro de acolhida chamado CAEIdoso, que não existe na região da Sub. Vila Mariana, mas em vários bairros centrais, ou então para hotéis sociais, que têm as mesmas regras dos centros de acolhida, conforme explicou Camila. A demanda é muito alta, a vaga nem sempre está disponível no mesmo dia. Neste caso, faz-se a captação no CTA, até a vaga sair.

Silvana perguntou à Camila qual o endereço do hotel Apolo. Camila respondeu que fica na Mooca, que não sabe precisar o endereço. A Silvana informou que tem muita

dificuldade em conseguir os endereços dos hotéis e que gostaria de saber onde ficam para poder visitá-los e conhecê-los, pois custam por pessoa R\$4.000,00 por mês e é um direito do cidadão conhecer o serviço e entender se o custo é justificado. Silvana pediu para registrar em ata o compromisso com o CPM-VM de que os endereços dos hotéis serão informados. A Camila disse que o correto é contatar a Secretaria de posição social especial (sic) e informar que os conselheiros estão com essa necessidade; eles autorizando o envio de uma planilha, ela encaminha para o CPM-VM. Os hotéis não são serviços de porta aberta. São sempre encaminhamentos, segundo Camila.

A conselheira Silvana perguntou à Camila qual o critério para seleção das pessoas que são encaminhadas. A Camila informou que a vaga é solicitada na Central e depois acontece o encaminhamento. A Silvana solicitou então que a Central passe os endereços para os conselheiros e que este é um problema que passou dos limites, há uma ineficiência no trabalho de abordagem. Quem colhe isso é a própria população, temos direito sim a ter o retorno como sociedade, tanto a pessoa em situação de rua quanto os moradores e vizinhos. Não estão sendo devolvidos para a população os R\$18 mil reais por ano investidos e que poderiam estar sendo usados para comprar casas para essas pessoas.

Durval reforçou à Camila que o que está sendo solicitado pelo Conselho são informações públicas, como funcionamento da entidade, hotéis, nada que seja confidencial. A Camila confirmou que o Conselho pode contar com o retorno formal sobre as questões levantadas.

Por motivos técnicos, a Camila não estava conseguindo ouvir bem as perguntas, então o Conselho convidou-a para a próxima reunião com participação presencial.

Edna comentou que o problema das pessoas em situação de rua não compete apenas ao CREAS, ou aos CRAS, é um problema que envolve muitos órgãos. A conselheira sugeriu que retomassem as reuniões de GT focadas no assunto, para discutir uma articulação entre os serviços, melhorias, etc. O CREAS trata da violação de direitos, o conselho tutelar, das crianças, o Consultório na Rua, dos doentes. É preciso ter uma articulação, hoje vai lá para "Central" e não há essa interação. Ficou estabelecido que haverá um GT POP RUA e serão organizadas reuniões extraordinárias.

A conselheira Silvana perguntou qual a ONG que está fazendo a abordagem na Vila Mariana. A Camila respondeu que hoje a parte de abordagem é o Instituto Pilar.

Em seguida, a palavra foi passada para Fernando Prata, do Conselho Tutelar. Fernando concordou que há motivo para preocupação, pois o território está com um nível alto de demanda que vem sendo discutido desde as últimas gestões. A pauta não é nova e ela não vai se esgotar rapidamente, deve ser sempre discutida, precisa ser aprofundada, conhecendo todos os serviços. Em todos os pontos citados – 11 de junho, Largo Ana Rosa, todo o canteiro central da Avenida Domingos de Moraes, Vergueiro – são feitas ações constantes, são pontos conhecidos e sabemos que existe demanda, principalmente quando são feitas ações nas regiões centrais e há uma dispersão de pessoas, além de também terem conhecimento de que, no fim do ano, há um aumento no número de pessoas, uma espécie de "turismo" na região onde as doações e esmolas são mais generosas. Na última reunião da gestão anterior do CPM com o coordenador do CREAS, tínhamos cento e poucas pessoas em situação de rua. Hoje, só na Vergueiro temos mais que isso. Essas pessoas têm identificação, a assistência social sabe quem são elas, têm cadastro, endereço. O Conselho Tutelar, como executor do serviço, recebe qualquer ocorrência de violação de direitos de crianças ou adolescentes e tem

como papel garantir o direito das famílias. Todos os serviços estão descritos, todas as siglas, desenhados pela política pública da assistência social no site da SMADS. O CRAS trata casos de baixa complexidade para que não se tornem mais graves. E o CREAS é de média e alta complexidade, quando já houve a violação. Se já sofreu a violência, vai para o CREAS. E é ele que faz a interlocução com toda a rede, tem uma coordenação de plano lá.

Marcela questionou Fernando sobre a abordagem das crianças que ficam nas portas dos mercados da região pedindo mantimento com as mães mais afastadas, além das crianças que ficam nos faróis. Marcelo complementou sobre as necessidades básicas das pessoas em situação de rua, quais as soluções para estas questões.

O munícipe Joanir Amancio, conselheiro participativo de Perus, disse que trabalhou por um ano em um albergue com 4 mil moradores de rua, que o pessoal não gosta do hotel porque tem regras e que não é aberta a divulgação dos locais porque é inseguro, tem muita gente de tudo quanto é tipo.

A munícipe Lora Matozo, da Coordenação de Políticas para a População em Situação de Rua (PopRua), "30 anos de rua", carroceira na Barra Funda, falou que o sistema está sucateado e que os funcionários públicos estão na ponta do sucateamento. A população de rua é responsabilidade de todos, não é só do prefeito, do poder público, nem tampouco só dela, coordenadora do PopRua. Morador de rua "também paga imposto, compra o feijão dela, o arroz, cozinha na rua, faz o filho na rua, tudo o que os outros fazem em casa ela faz na rua, não é diferente". Ela hoje chega nos conselhos e tem que lembrar que essa responsabilidade é de todos. Ninguém leva um cobertor, um copo de água, mas quer falar dos serviços. Primeiro precisa conhecer os serviços para depois falar. Por que a população de rua está lutando desde 2012: estão lutando pelo "intersecretariado": todas as secretarias se unirem e cada uma assumir sua responsabilidade perante a população de rua. A Lora fez 3 censos, o último contou 60 mil pessoas em situação de rua, enquanto no SPTV falaram em 15 mil. A responsabilidade da violação de direitos é de todos, de toda a sociedade, poder público e cada um de nós. "A população de rua também está cansada de morar na rua, de fazer cocô na rua, de ser criado na rua. Na constituição diz que eu tenho direito a moradia. Temos que nos unir, O CEA tem que falar com CRAS, O CRAS tem que falar com CREAS, A SMADS tem que conversar com Direitos Humanos. Tem um morador de rua que conseguiu trabalho mas não conseguiu colocar os dentes, e aí perdeu o trabalho".

Para encerrar, Fernando respondeu à Marcela que a abordagem com as crianças de rua é comum, então o SEAS faz a abordagem conforme o processo descrito. É uma abordagem com sensibilização, trabalhando a intersetorialidade, sem buscar a criminalização ou a higienização de espaço urbano. Sobre o viaduto da 11 de junho, é um ponto de passagem, pois há pessoas que foram integradas e o trabalho envolve todo o conjunto de políticas públicas, o CTA, o Centro de Acolhimento, a Saúde e o Conselho Tutelar. O desenho da política pública prevê que a família seja atendida, por exemplo uma mãe com criança, o ideal é que sejam atendidas respeitando o direito delas de permanecerem juntas. Deveria haver um local que acolhesse a família unida, sem separação por gênero ou idade, mas não é a realidade que enfrentamos. É necessário fazer um trabalho de sensibilização para inclusive criar vínculo com essa população, não é um trabalho que se faz da noite para o dia, ainda que seja exigida a ação imediata, na prática não funciona assim.

4. Programação de demandas da subprefeitura: como funciona? Como é feito o controle e quais os prazos? (Tatiana)

Tatiana gostaria de entender como funciona a coordenação de demandas, pois sempre as demandas entram em programação, mas não têm data exata para serem atendidas. O interlocutor Adilson informou que não tem uma programação e são atendidas em ordem de entrada, atuam sob demanda conforme são solicitadas em Portal SP156 ou pelo conselho, tanto em obras quanto fiscalização, de acordo com o cronograma do coordenador. Algumas demandas do conselheiro Marcelo, enviadas no ano passado em planilha, foram atendidas, ficando poucas pendentes. Estão com uma equipe de logradouro fazendo sarjetão em toda a extensão, e os coordenadores que fazem a execução, o Adilson só cobra a equipe. Hoje veio a decisão do STF para retirar as barracas do QG do Ibirapuera, passaram a madrugada trabalhando nisso. A conselheira Suzana perguntou se existe um sistema onde estão tabeladas todas as demandas para controle. A Bruna informou que existe uma tabela com todas essas informações para controle.

5. Retrospectiva 2022: quais foram os números da sub? O que foi feito e entregue em 2022? (Suzana)

Bruna explicou que, por conta do programa de Governo Aberto, são feitos relatórios pela equipe da Subprefeitura e serão colocados no ar, no site, com todos os dados, sobre o desenvolvimento e todo o trabalho deles. Começaram a fazer o relatório em janeiro e tem prazo de entrega até o final de abril para ser colocado no ar. Assim que sair o relatório, vão avisar os conselheiros. O último relatório, de 2021, está disponível no site.

6. Programação de ações para 2023 da subprefeitura: o que está programado, quais os planos de ação previstos?

O interlocutor Adilson informou que existe um cronograma de trabalho com muitas obras na região. Como não recebem verba para atuar, atuam conforme demanda, solicitações direcionadas no SP156. Teremos época de chuvas, e estão programadas equipes de limpeza de bueiros conforme a previsão.

A Bruna listou as obras que estão acontecendo no momento e que talvez tenham inauguração para elas: a da Davi Nasser, Praça Professor Astrogilda de Abreu Sevilha, Praça Canti, Praça Gucci, Praça Julio Cezar Vanini, Praça Monteiro dos Santos, Praça Mario Autori, e o finalzinho da José Maria Whitaker, e um jardim de chuva perto da churrascaria Nativas.

Inauguraram na Igreja Santa Rita, fizeram uma parceria com o Solidarieidade com Arte que fez a fonte em mosaico com 60 pessoas em situação de rua. Foi feita a praça, o cachorródromo também, quem aportou verba foi o vereador George Hato para essa revitalização em torno da Igreja. Para completar, o Adilson informou que há também um projeto para a Praça Nossa Senhora Aparecida, uma interlocução da Sub com a Associação Viva Moema, os comerciantes e o Padre da Igreja para entendermos o que a Praça está precisando hoje.

7. Rua Pariquera-Açu: como foi a visita técnica? O problema de despejo de água foi sanado? (Fernanda)

O Adilson esclareceu que pediu para a Dora (Maria Auxiliadora, Coordenadora de CPDU) enviar o agente vistor e a demanda foi encaminhada.

8. Atualização sobre obras na Praça Juca Mulato (Durval)

A Praça está interditada por tapumes há anos sem nenhuma movimentação, havia placa informando sobre obras de macrodrenagem e microdrenagem com previsão de conclusão em maio de 2021 , porém continua interditada e não se sabe o que foi executado. Os conselheiros continuam sem informação. O Adilson informou que falou com o responsável técnico, Osmar, e ficou combinado o envio de email do CPM para tentar a devolutiva a respeito do processo. A última informação era que o contrato com a construtora foi cancelado e aguardava-se uma nova licitação para esta área em frente ao Tribunal de Contas.

09. Informes gerais conselheiros;

Durval informou que sua ausência na 112ª Reunião Ordinária do CPMVM foi ocasionada pela obrigação de comparecer a reunião de coordenadores convocada pela Coordenadoria de Participação Social da Casa Civil na mesma data e hora, e solicita que a falta não seja computada para efeito de perda de mandato conforme a Portaria nº 002/PREF/CC/SERS/2020, uma vez que estava cumprindo suas obrigações de conselheiro coordenador mesmo sem estar presente na reunião do CPMVM.

Em seguida, Durval solicitou a Bruna que procedesse à atualização das informações do CPMVM no site da Subprefeitura.

10. Informes e demandas dos munícipes presentes.

Consultados, os munícipes presentes não quiseram se manifestar.

Encerrada a pauta, e não havendo pedidos de palavra, a reunião foi finalizada pelo Coordenador às 21h15.